



Questionamento:

1-Se houve uma lei fechando a rua e transformando em área verde????(mostrar o mapa que tem hoje e dizer que antes era rua Ecânia) –OBS: Não houve a concordância dos moradores

2- (continua mostrando o mapa) - Fechará a Rua Ecânia(continuidade dela) no quarteirão(quadra 4), ficando prejudicado os moradores da quadra 04 –que são da rua já citada(mais de 20 moradores)- não há outra saída para os mesmos.

3-Questão legal:

1-A presente concessão de direito real de uso tem que obedecer a lei 8.666/93(lei das licitações) em seu artigo 17 parágrafo 2º que prevê a possibilidade de dispensa de licitação quando se trata a outro órgão ou entidade da administração (não é o caso, pois Associação não é órgão nem entidade da administração), o que além do mais importante citar que já é uma praxe antiga da administração pública(prefeitura) fazer esse tipo de concessão sem dar publicidade....Exemplo: Talvez abrindo edital tenha outras associações que vão interessar.

Antonio Lopes Ribeiro
Wilson
Vanessa Ferreira de Araújo
Paulo Rodrigues dos Anjos

DESPACHO	
<input checked="" type="checkbox"/>	DOU CIÊNCIA
<input type="checkbox"/>	INCLUA-SE NO EXPEDIENTE
<input checked="" type="checkbox"/>	JUNTE-SE AO PL 16/2011
EM	14 / 3 / 2011
PRESIDENTE DA COMISSÃO	

querem depósito de tais materiais ao lado de suas casas, trazendo grandes transtornos.

A proibição de passagem também será feita. Pedir e verificar também o plano diretor

4-Não somos contra o projeto em si, queremos é que seja em outro lugar mais afastado e apropriado para não trazer grandes transtornos. Exemplo pq não levar para um lugar ao lado, por exemplo, da estação de tratamento de esgoto ou onde funciona a usina de asfalto da TAMASA.

5-Apresentar aqui na comissão todos as licenças atinentes a implantação e funcionamento deste depósito das normas do meio ambiente(solicito da presente comissão que analise minha solicitação).

Alertando que poderemos ter incêndios nas residências.

6-Questiono também esta concessão em relação a lei 6.766/79 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, em seus artigos 22 e 23 que tem que ser observados também. Além de analisar que a maior questão social tem que ser relevante e respeitado os moradores do bairro.

7-Pedimos diante dessas questões citadas para que se archive o presente projeto, pois o mesmo é inconstitucional em vários aspectos e sendo o principal o que fere o direito de ir e vir dentre vários citados. Agradeço a presente comissão pela

Antonio Lopez Rk

Ors

crilson

Homem Faria de Araújo Paulo Rodolfo



Para atender a lei municipal que flagrantemente contraria a lei geral das licitações, pois é matéria de competência legislativa privativa da União, cabendo aos Estados-membros da Federação, DF e Municípios, suplementarem a legislação da União sobre normas gerais, naquilo que não for contrário a essa legislação, pois havendo de ter a concorrência pública mesmo que esta seja a vencedora a título gratuito. Então também questiono nossa lei municipal na Comissão de Justiça para que não continue acontecendo o que vem há muito ocorrendo, o que solicito que seja constado em ata para possível discussão acerca do assunto.

2-A presente Associação não é entidade assistencial -para isso tem que prestar serviço na política de assistência social e estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, o que prova que a mesma não é prestadora deste serviço.

Também não tem caráter educativo(da educação)

Também não é cultural.

-Observar que a Associação é de revendedoras de pneus, que embora seja um problema ambiental de caráter público, mas os mesmos ganham com a revenda de pneus.

3-Irá também ferir a CF federal quanto ao direito de ir e vir dos referidos moradores que ficarão sem saída, sem falar que não

Antonio Lopes Ribeiro

exiltron

Vanessa Tenório de Araújo Paulo Roberto de Almeida

[Handwritten signatures and notes on the right margin]



oportunidade de ouvir nossa associação e queremos deixar registrado que fizemos uma reunião extraordinária para tal finalidade, onde consta em ata a comissão que ora representa toda a Diretoria e também nossa posição acerca do citado projeto, quero deixar em vossas mãos para que tire cópia e fique documentado nossa posição.

Antônio Lopes 12/1/

Nilson

Vanessa Ferreira de Menezes

Paulo Rodrigo de Siqueira

Cláudio de Souza



MORADORES DO BAIRRO KAMAYURÁ – UNAÍ – MG

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.

Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

Art. 22 - Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços, livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

Art. 23 - O registro do loteamento só poderá ser cancelado:

I - por decisão judicial;

II - a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, enquanto nenhum lote houver sido objeto de contrato;

III - a requerimento conjunto do loteador e de todos os adquirentes de lotes, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, e do Estado.

§ 1º - A Prefeitura e o Estado só poderão se opor ao cancelamento se disto resultar inconveniente comprovado para o desenvolvimento urbano ou se já se tiver realizado qualquer melhoramento na área loteada ou adjacências.

§ 2º - Nas hipóteses dos incisos II e III, o oficial do registro de imóveis fará publicar, em resumo, edital do pedido de cancelamento, podendo este ser impugnado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da última publicação. Findo esse prazo, com ou sem impugnação, o processo será remetido ao juiz competente para homologação do pedido de cancelamento, ouvido o Ministério Público.

§ 3º - A homologação de que trata o parágrafo anterior será precedida de vistoria judicial destinada a comprovar a inexistência de adquirentes instalados na área loteada.

Art. 24 - O processo de loteamento e os contratos depositados em cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, a qualquer tempo, independentemente do pagamento de custas ou emolumentos, ainda que a título de busca.

Antônio Lopes Reis

Wilson

Vanessa Ferreira de Araújo

Paulo Rodrigo de Azeite

505



Amantio 20 p 1216
Over 44 lbs

With an at Governor's
 name, Emma de Mayo,
 Paulo Rodighiero de Almeida



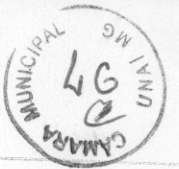
Ata da reuniao extraordinaria da associacao dos moradores do Bairro Kamauira realizada no dia 13 de março de 2011 no endereço, Rua Graíma nº 66 Bairro Kamauira. O objetivo dessa reuniao e o que refere a preposta do chefe do executivo através da mensagem O POC. 01/2011 do Processo Administrativo nº. 03091-14 que encaminha ao Poder Legislativo Municipal de Unai MG, preposta a desapropiacao de área pública do Bairro Kamauira sendo fração de imóvel confrontando com a quadra 03 e 04 na continuidade da Rua Ecania. Os moradores da quadra 04 pedem aos representantes do Poder Executivo que sentem prejudicados com essa ação do executivo sendo eles, Josefa Pereira Santana, Nelson de Souza Soares, Jurandir de Souza Soares, Itamaris Araújo Mesquita, Elena Rodrigues de Areda, Maria Jose Soares, Edine Pereira de Santana, João da Silva Santos, Ana Maria de Ilvira Porto, Luis Lopes Santana, Luis Alves Ribeiro, Antonio Lopes Ribeiro, Paulo Rodrigues de Areda. Os moradores pedem os Vereadores que zelam pelo desenvolvimento e o bem da comunidade que não estejam de acordo com pedido de desapropiacao do processo referido, do qual irá se aprovar muito a prejudicar o desenvolvimento dos moradores desse bairro, contamos com apoio dos senhores Vereadores na habilitacao do mesmo, A Presidencia da associacao juntamente com os moradores indica uma comissao para representa dos direitos dessa comunidade junto ao poder Legislativo Municipal. João da Silva Santos, Ana Maria de Ilvira Porto, Paulo Rodrigues de Areda, Antonio Lopes Ribeiro, Nelson de Souza Soares, Jurandir de Souza Soares, Elena Rodrigues de Areda, Maria Jose Soares, Edine Pereira de Santana, João da Silva Santos, Luis Lopes Santana, Luis Alves Ribeiro, Antonio Lopes Ribeiro.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI - MG

AUTENTICAÇÃO

Conferir com o original dou fé.

Stirley Faria
DIRETORIA DE DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO



não havendo nada a tratar a reunião foi encerrada
às 16:00 hrs e em Vanessa Tenreiro de Araújo lavrei essorato
depois de lida e aprovada será assinada por mim e
por presente: Vanessa Tenreiro de Araújo, Osiris dos Reis,
Antônio Lopes Reis, João da Silva Santos, Sr.
Paulo R. de Aguiar, Claudio Rodrigues de Oliveira, Paulo Augusto
Silva de Sousa Soares, Ana Maria Costa, Maria
Luz de Aguiar, Laura Oliveira Soares, Lena Rodrigues de Ar
de Aguiar, Miriano de Souza de Aguiar, Blione
Cassiano Santana, João Pereira Santana, Edene Pereira
Manoel P. de Santana, Roberto Alves, João David L. Silva
Reginaldo Pereira do Carmo, Luis de Aguiar Santana,
Aurora Maria Costa Santos

CÂMARA MUNICIPAL DE
UNAI - MG
AUTENTICAÇÃO
Confere com original dou fé.
Sirley Faria
DIRETORA DE DEPARTAMENTO
LEGISLATIVO